

ELEMENTOS PARA REFLEXÃO SOBRE A CONJUNTURA SOCIAL E POLÍTICA DA CRISE AMBIENTAL.

O TRABALHO ALIENADO

A CRISE AMBIENTAL

A SUSTENTABILIDADE

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Resolução CONAMA 01 de 1986

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e

econômicas; III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

A forma como se dá a relação ser humano/natureza pode ser entendida como a realização do TRABALHO, que está assim definida, por MARX no “Capital”

É um processo entre o homem e a natureza, no qual o homem realiza, regula e controla, mediante sua própria ação, seu intercâmbio de matérias com a natureza...Para se apropriar sob forma útil para sua própria vida a matéria da natureza. O capital livro I volume III

A CRISE AMBIENTAL

...Chegamos a um ponto crucial em que o futuro da nave espacial Terra, dos tripulantes aos passageiros, não é mais, como outrora, assegurado. Temos condições técnicas de devastar a biosfera, impossibilitando a aventura humana. Esta é a nova radicalidade que relativiza todas as demais questões, no sentido de faze-las menores e no sentido de colocá-las, todas, em relação a ela...

A sistematização feita por ACSELRAD (1992), para a discussão de meio ambiente e cidadania é bastante elucidadora desta problemática, vejamos o que segue:

- 1) *o meio ambiente é um bem coletivo;*
- 2) **os "problemas ambientais" são a manifestação de um conflito entre interesses privados e bem coletivo;**
- 3) *os "problemas ambientais" são a manifestação de conflitos sociais que tem a natureza por suporte;*
- 4) **toda ação que compromete as condições ambientais de existência e trabalho das populações atenta contra direitos ambientais de indivíduos e coletividades;**
- 5) *todo o conflito ambiental explícito exprime a consciência de que um direito ambiental foi ameaçado e*
- 6) **a lutas ambientais têm por objetivo atribuir caráter público ao meio ambiente comum a indivíduos e grupos sociais".**

Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão as soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs.

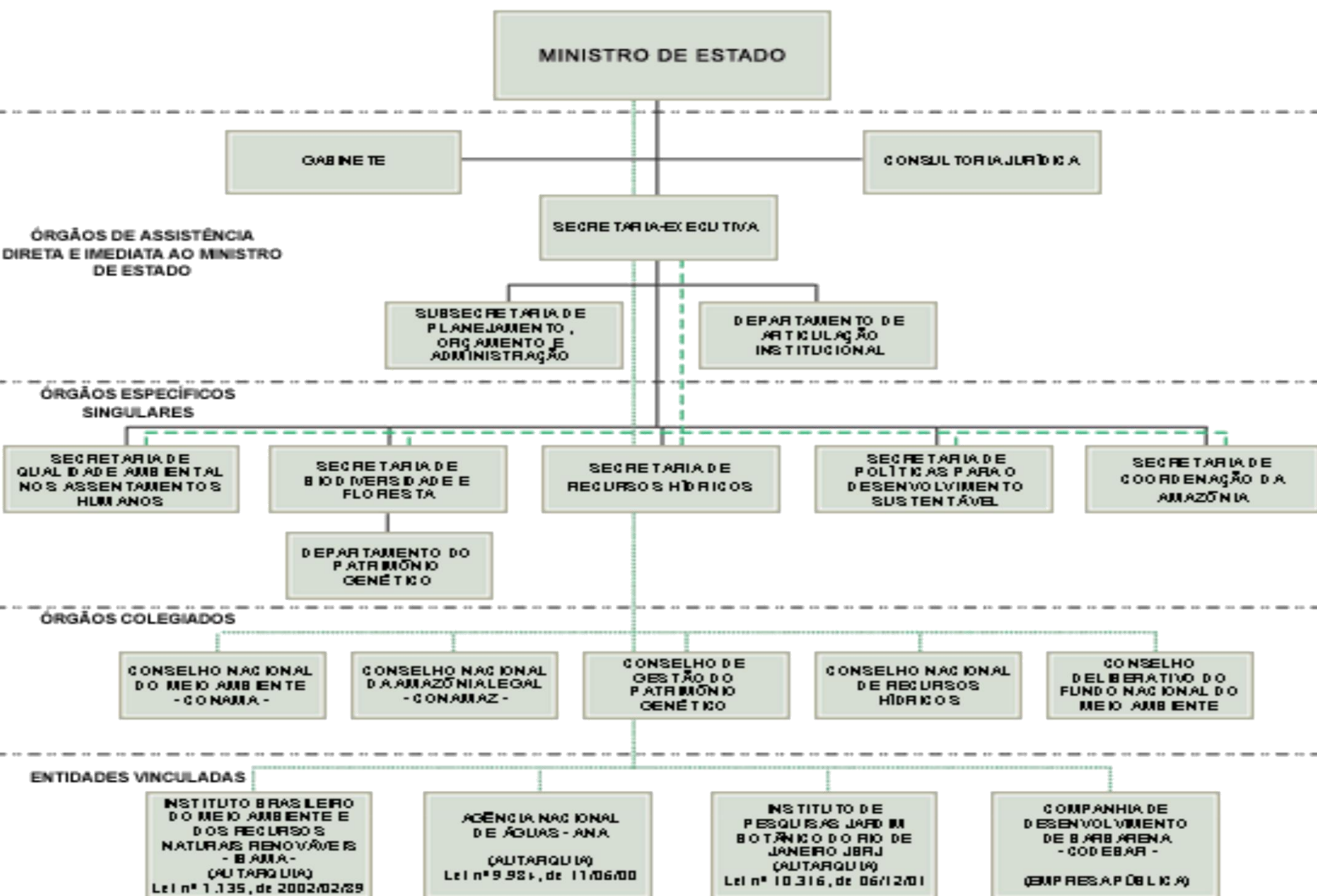
POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DE MEIO AMBIENTE E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA;

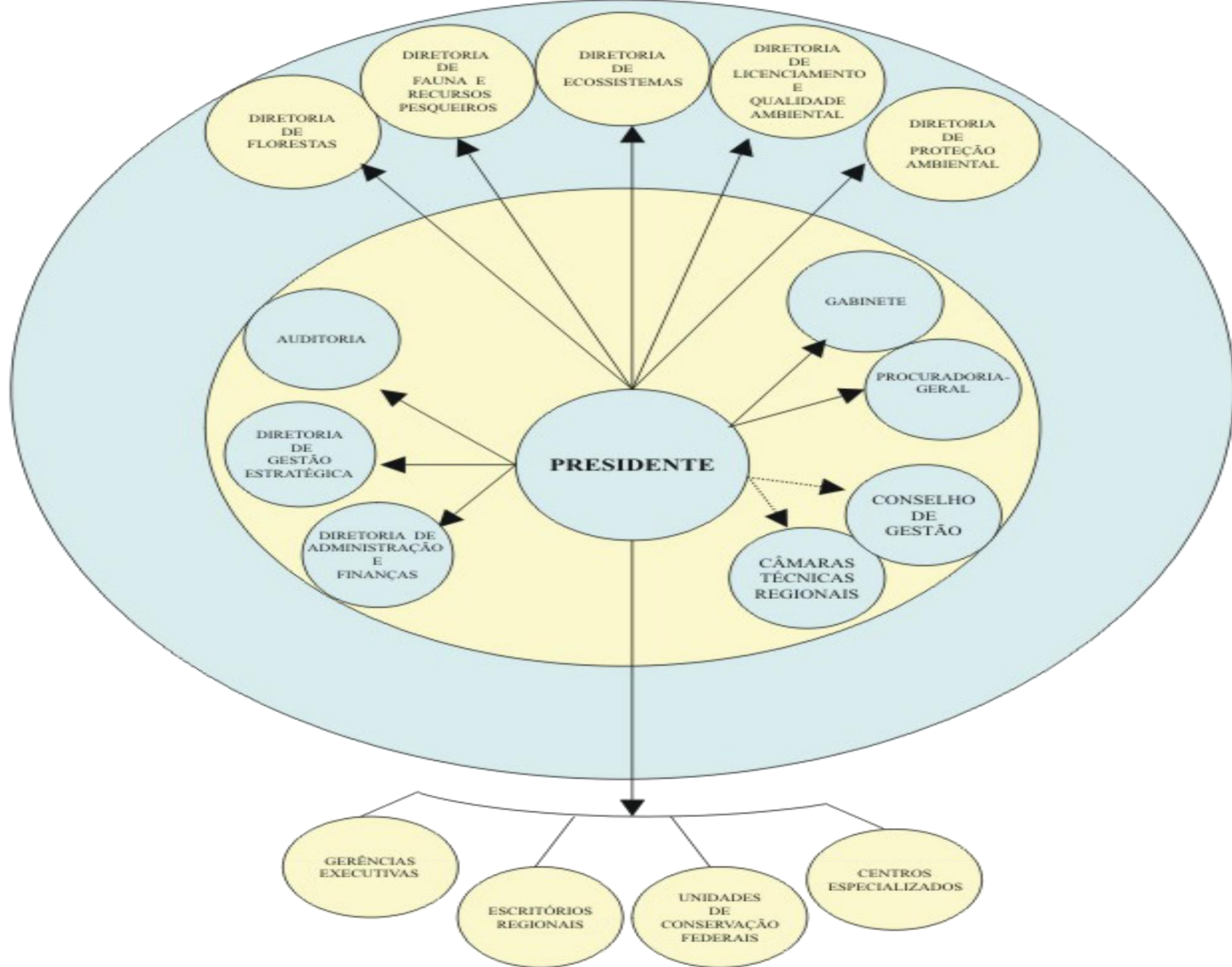
A Política Nacional de Meio Ambiente

**A Intersectorialidade da Política Nacional de Meio
ambiente**

Política Nacional de Educação Ambiental

ORGANOGRAMA DO MMA





O SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AS INTERFACES COM A SOCIEDADE E OUTRAS INSTITUIÇÕES.

Licenciamento ambiental

Atividades sujeitas ao licenciamento

O EIA/RIMA

**O processo de licenciamento na
Perspectiva da cidadania**

MOURA (2002) diz que a Licença ambiental é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, decorrente do exercício do Poder de Polícia Ambiental, cuja natureza jurídica é autorizatória, ou seja, não basta o interessado cumprir todos seus requisitos legais e técnicos para sua obtenção, a conveniência e oportunidade da Administração pública podem indeferir, revogar, alterar condicionantes a qualquer momento.

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Parágrafo único - As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

Art. 3º- A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

- **Até os anos 70**
 - **A Educação Ambiental estava no âmbito do movimento dos ecologistas**
- **Anos 80**
 - **Começa a implantação das políticas ambientais explícitas;**
 - **As primeiras licenças são emitidas e a promulgação da Constituição de 88 consolida o espaço da EA.**
- **Anos 90**
 - **A consolidação dos OEMAS, e do Ministério Público como agentes de controle e fiscalização**

- **Anos 2000**

- **A demanda de espaço da educação ambiental como fator importante para a gestão ambiental**
- **A necessidade de efetivar a participação da cidadania na gestão pública – AGENDA 21**
- **A promulgação da lei 9966 e a internalização dos acordos internacionais**
- **A obrigatória regularização ambiental das atividades poluidoras (elaboração de manuais e resoluções para licenciamento das atividades como a dragagem)**



7 8:54

























O ESPAÇO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO

A Licença Prévia e a participação da cidadania

**As licenças de Instalação e de operação e o
sujeito da educação ambiental**

**Programas de gestão ambiental e a educação
ambiental**

**O espaço do profissional da educação
ambiental no licenciamento**

A LICENÇA PRÉVIA E A PARTICIPAÇÃO DA CIDADANIA

As audiências Públicas

A publicação das solicitações e das licenças

**O cumprimento dos programas de
desenvolvimento, zoneamento econômico
ecológico.**

Unificação da agendas marrom, verde e azul

**Respeito as Políticas municipais, em especial de
uso do solo**

AS LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO E O SUJEITO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

dois exemplos importantes:

- 1) No licenciamento de empreendimentos com alto potencial de risco de acidentes, em seus Planos de Atendimento de Emergências, a empresa deve manter um programa de comunicação com a comunidade diretamente afetada pelo empreendimento, no sentido de preparar essas populações para interagir com empreendimento desta natureza.**

AS LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO E O SUJEITO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

dois exemplos importantes:

2) No caso da licença das empresas de fertilizantes há um condicionante que obriga a empresa apresentar um programa de treinamento contínuo para os operadores dos equipamentos de controle da poluição atmosférica.

Analizamos estas questões sob dois aspectos: um que relacionamos com a operação do empreendimento propriamente dita e que requer o conhecimento específico para tal, ou seja, diz respeito ao refino do petróleo e a fabricação do fertilizante. O segundo se refere ao conteúdo e o processo pedagógico a ser desenvolvido do ponto de vista da ciência da educação e do trabalho do educador.

PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL **E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

- **Gerenciamento de resíduos.**
 - **Educação comportamental**
 - **Capacitação e treinamento**
- **Gerenciamento de riscos e atendimento de emergências e contingências.**
 - **Capacitação, habilitação e treinamento**
 - **Construção da cidadania para a vigilância das boas práticas**

O ESPAÇO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO

- Construção de metodologia para a inserir o processo de licenciamento nas comunidades envolvidas, para qualificar sua participação**
- Responsabilidade técnica e pedagógica pelos programas de educação, seja como executor, seja como agente público licenciador**

A construção da cidadania como resultado do processo de licenciamento ambiental, instrumento mediador e garantidor do interesse público em detrimento do privado, no processo de apropriação dos bens ambientais na realização das atividades econômicas poluidoras e degradadoras do meio ambiente é espaço da educação ambiental.

A formação da consciência ambiental e da construção da cidadania na concretização das políticas públicas de meio ambiente através do licenciamento ambiental portuário, em especial nas ações de gerenciamento de riscos ambientais e atendimentos de emergências, tem relação direta com a efetividade e eficiência na implantação destes programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição do sujeito da educação ambiental e a responsabilidade técnica e política, na execução das políticas educacionais, se relacionam diretamente nas diferentes esferas de atuação, ou seja, se o processo educativo se dá no âmbito público a responsabilidade é pública, se acontece na esfera privada a responsabilidade pela execução é privada, porém as diretrizes políticas e os conteúdos mínimos são determinados pelo público, através das normatizações e regulamentações legais e/ou através de condicionantes da licença ambiental.

A Educação Ambiental que incide diretamente sobre comportamento e atitudes dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo, promove a capacitação e a qualificação do quadro de funcionários responsáveis pela operação de instalações e equipamentos.

A garantia da interação das políticas de controle público (licenças ambientais) com a cidadania eleva o potencial de fiscalização e de vigilância ambiental na contenção e controle da poluição e dos ilícitos ambientais, o resultado dessa interação é um processo educativo que abrange toda a comunidade envolvida, incluindo os servidores públicos responsáveis pelas análises e avaliações técnicas nos procedimentos de licenciamento.

O espaço de trabalho do educador ambiental precisa ser delineado do ponto de vista do processo pedagógico, didático e do conteúdo programático necessário ao desenvolvimento dos programas de educação ambiental, no processo de cumprimento das condicionantes das licenças ambientais.

No espaço da educação formal a introdução dos temas referentes a gestão ambiental portuária, em especial o gerenciamento de riscos, o atendimento de emergências, monitoramento ambiental e o gerenciamento de resíduos devem ser pautados no conteúdo programático e nas práticas extra e intra classes.

- 1. Necessidade da presença do profissional da educação ambiental na equipe que elabora os estudos ambientais e na equipe que analisa, sejam eles da complexidade de um EIA/RIMA ou não;**
- 2. A necessidade de incluir nos termos de referências para a elaboração dos estudos ambientais, questões específicas para o desenvolvimento de programas de educação ambiental e, da importância da responsabilidade técnica e pedagógica para sua formulação e execução;**

- 3. Desenvolver metodologia adequada para garantir a participação das comunidades afetadas e da cidadania no processo de licenciamento em todas suas fases, desde a tomada de decisão na licença prévia até o controle dos programas de gestão ambiental da operação do empreendimento;**
- 4. Estabelecer mecanismos que permitam, de forma objetiva o acesso da sociedade aos resultados do monitoramento ambiental da operação e instalação dos empreendimentos;**

SUGESTÕES

- 5. Construir espaços de interlocução com as comunidades atingidas diretamente pelo empreendimento, através de fóruns específicos, ou comitês comunitários, ou audiência públicas e ou assembleias populares, de forma que a população atingida possa se manifestar no momento das renovações de licenças ou quando fatos novos venham a acontecer.**
- 6. Propor a inclusão de conteúdos específicos nos currículos, no âmbito da educação formal, para as escolas das comunidades atingidas, para que estas tenham a compreensão do risco a que estão submetidas;**

SUGESTÕES

7. estabelecer programas de educação ambiental comunitários, que envolvam todos os segmentos da comunidade, inclusive as escolas, para, em articulação com a defesa civil, preparar as comunidades atingidas para enfrentar situações de emergências ambientais;

8. Desenvolver um programa de formação de profissionais e professores para o trabalho com a educação ambiental nas esferas formal, informal e não formal, seja em articulação com as instituições universitárias ou outras que sejam capazes de atender a esta demanda, como prefeituras, coordenadorias de educação;

9. Formular planos e programas em nível local e comunitário para direcionar as ações de educação ambiental decorrentes dos processos de licenciamento ou de renovação das licenças.

Por fim, entendemos que, para garantir a qualificação da participação da população atingida pelo processo de licenciamento, as ações em educação ambiental devem ser construídas articuladamente pelo poder público, em especial nas comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento, através de políticas públicas para a gestão ambiental em geral e especificamente o licenciamento ambiental.